

REAJUSTE DE JUNHO: 7%

Ao final da reunião de quarta-feira, dia 26 de junho, com as seis entidades, o CRUESP fixou o reajuste de junho em 7%. A decisão foi fundamentada nas novas previsões sobre a arrecadação do ICMS em junho e julho. Houve uma reavaliação, para menos, de arrecadação do mês em curso, e uma previsão de um crescimento de apenas 4.5% no próximo mês de julho.

COMO FICARAM OS COMPROMISSOS DA ÚLTIMA REUNIAO?

De acordo com essas previsões, o reajuste de 7% implicará no comprometimento acumulado anual médio das três universidades de 91,73% do repasse de ICMS com salários. Esse reajuste é superior ao índice de inflação do mês anterior medido pelo FIPE: 5,76%, mas

inferior à inflação para o mesmo período, de acordo com o DIEESE: 8,93%.

UNESP NÃO PAGA EM DIA

A UNESP informou que face à suas dificuldades financeiras, não terá condições de efetuar o pagamento desse reajuste no 4º dia útil, e o fará em folha suplementar em meados do mês de julho.

A POSIÇÃO DAS ENTIDADES

As seis entidades reafirmaram a necessidade de recuperação imediata das perdas já reconhecidas pelo CRUESP e consideram pessimista a previsão para julho, mas o CRUESP não aceitou rever a sua proposta. Entretanto, ficou acertado que, se a primeira previsão da Secretaria da Fazenda para a arrecadação do

ICMS de julho, que será publicada no Diário Oficial no início do mês, for superior em 3% à atual estimativa, haverá rediscussão do reajuste de junho.

AS ESTADUALIZAÇÕES NO CRUESP

O CRUESP instituiu uma Comissão de Ensino Superior com representantes das três universidades (dois professores de cada). Esta Comissão já se reuniu duas vezes e sua primeira atividade foi analisar as propostas de incorporação de novas unidades ao sistema de ensino superior do Estado, tendo se manifestado contrariamente a qualquer incorporação até que seja aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias com a definição do repasse de recursos do ICMS para as Universidades.

E O SEGUNDO SEMESTRE?

O Presidente do CRUESP, Prof. Lobo, Reitor da USP, reafirmou na última reunião, com muita ênfase, o compromisso assumido anteriormente de definir uma política salarial que dispense o que ele próprio qualifica como as atuais desgastantes negociações mensais. Paradoxalmente, ao mesmo tempo o CRUESP apresenta-nos dados que revelam um segundo semestre sem perspectivas. As universidades enfrentariam fortes dificuldades financeiras neste final do primeiro semestre sem recolher IAMSPE e IPESP, e sem fazer a reserva contábil necessária ao pagamento do 13º salário.

SBPC: "A greve das Universidades é justa"

Giannotti: "Governo está tentando livrar-se da Universidade"

A sentença de morte da educação, ciência e cultura no país foi assinada pela política salarial do Governo para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), afirma o reitor da

UFRJ, Nelson Maculan. Em greve desde o início do mês, professores de 42 Ifes e funcionários de 32 Ifes exigem melhores salários. Mas a grande imprensa praticamente ignora o fato.

Em nota paga publicada no RJ, em 7/6, Maculan diz que o Governo fala de competitividade mundial, modernização do país e aumento da capacidade de produção industrial, mas dificulta cada vez mais a manutenção dos quadros técnicos, científicos e culturais: "Hoje, expressiva parcela de professores e pesquisadores vivencia com perplexidade a ameaça de desmobilização e colapso de inúmeros projetos, atividades e serviços indispensáveis ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país." J. A. Giannotti, na Folha de SP (13/6), afirma: "A fúria liberal clientelista do Governo Collor está dando sinais de que, no desmonte do aparelho estatal, pode abater-se sobre a Universidade brasileira, sem levar em consideração a especificidade dela. Não se trata de uma fúria transformadora, mas tudo leva a crer que o Governo simplesmente está tentando livrar-se da Universidade." Ele sustenta que não haverá



desenvolvimento se os centros de pesquisa forem desmontados e se as Universidades não forem reformadas para fornecer novos quadros de pesquisadores. O Inst. de Física/UFRGS declara em nota que "o Governo está sucateando as Ifes através da falta de verbas e dos salários aviltados, mas cobra eficiência e procura jogar a sociedade contra

elas." A nota do Inst. de Física ressaltava que, apesar das dificuldades, as Ifes continuam formando profissionais, pesquisando e gerando conhecimentos. Afirmando que "a greve é justa", a SBPC, em nota assinada por seu pres. Ennio Candotti, solidariza-se com "o movimento por uma educação mais justa, qualificada e democrática". Segundo a nota, "três objetivos básicos unem hoje as associa-

ções científicas, de docentes e de reitores: 1) a construção de uma democracia que garanta efetiva participação da sociedade nas decisões do Governo; 2) a aprovação pelo Congresso de uma Lei de Diretrizes e Bases capaz de orientar a política educacional de modo a que os grandes problemas da educação, da escola e da Universidade possam ser equacionados e tenham sua solução, finalmente, encaminhada; e 3) a obtenção de níveis salariais dignos para os docentes, técnicos e funcionários administrativos das nossas escolas e Universidades". A nota considera a greve um "recurso extremo de denúncia de uma política educacional desinformada e inconsistente, incapaz de unir as escolas, as Universidades e a sociedade brasileira na construção de um país mais democrático, civilizado e generoso para seu povo".

CONSELHO DE REPRESENTANTES: REUNIÃO PARA DISCUTIR A AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA SUCESSÃO DA DIRETORIA

Em reunião ordinária (25/06/91), o CR discutiu como manter as atividades da ADUNICAMP após o dia 03 de julho, quando a atual diretoria deixa de responder pela entidade, a não ser no seu âmbito administrativo.

A reunião contou com poucos representantes (10, fora 3 diretores), e após discutir a situação difícil por que passa a ADUNICAMP, apresentou uma sugestão que visa retomar o debate sobre a importância da Associação e as formas de encaminhar a sucessão da diretoria, tendo em vista a ausência de chapas após duas convocações de eleição. A proposta consta do seguinte:

1 - parte da diretoria, juntamente com alguns membros do CR, manterão as atividades fundamentais até 31/08;

2 - as atividades fundamentais são a administração interna da entidade e a participação nas discussões sobre:
a - Lei de Diretrizes Orçamentárias e estadualização de faculdades privadas (na Assembléia Legislativa);
b - campanha salarial, através de reuniões com as outras associações e junto ao CRUESP;

3 - a Comissão de Orçamento continua assessorando a associação e negociadores junto ao CRUESP;

4 - foram criadas duas comissões do CR, uma responsável pela elaboração do Boletim semanal e outra pela elaboração de um Jornal, à ser publicado em meados de agosto;

5 - tanto o Boletim como o Jornal visam principalmente servir de suporte e divulgação ao debate sobre o futuro da ADUNICAMP e a sucessão da diretoria;

6 - o Boletim e o Jornal estarão abertos para receber artigos e comunicações de todos os docentes interessados nesse debate;

7 - os membros das comissões são:

Boletim: professores Raul Vinhas Ribeiro, Águeda Bernardette Uhle e Ramon Gutierrez;

Jornal: professores Rafael Santos Mendes e Helena C. L. de Freitas.

REAJUSTE UNIMED

O governo autorizou reajustes de 16.5% e de 7.3% para os planos de saúde congelados desde fevereiro. Além disso a AMB atualizou o Coeficiente de Honorários, unidade pela qual são pagos os serviços e consultas médicas. O total do reajuste é de 44,46%.

A portaria governamental foi publicada em 11/06/91 depois da mensalidade passada ter sido cobrada. Assim em julho cobraremos também essa diferença. O total a ser descontado, obedecerá a tabela abaixo:

REAJUSTE UNIMED			
Plano	Junho	Dif. Maio	Total
A	4.293,00	490,00	4.783,00
A (dep. econ.)	8.620,00	983,00	9.603,00
A Fora	8.620,00	983,00	9.603,00
AF (dep. econ)	12.968,00	1.481,00	14.449,00
D	11.915,00	1.361,00	13.276,00
D (dep. econ)	17.913,00	2.046,00	19.959,00

SEGURO DE VIDA EM GRUPO - COSESP

Comunicamos aos professores que fazem parte do Seguro de Vida em Grupo - COSESP que a partir de 1º de junho de 1991, os prêmios e os custos foram reajustados em 60%, conforme tabela abaixo:

PLANOS	MORTE		INV. PERM. TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE	INV. PERM. TOTAL POR DOENÇA	CUSTO MENSAL	
	QUALQUER CAUSA	ACIDENTAL			POR SEGURADO	TOTAL
	CR\$	CR\$	ATÉ..... CR\$	CR\$	CR\$	
A ASSOCIADO	1.823.163,36	3.646.326,72	1.823.163,36	1.823.163,36	1.185,05	1.777,57
A CÔNJUGE	911.581,68	1.823.163,36	911.581,68	- o -	592,52	
B ASSOCIADO	2.311.585,28	4.623.170,56	2.311.585,28	2.311.585,28	1.502,53	2.253,79
B CÔNJUGE	1.155.792,64	2.311.585,28	1.155.792,64	- o -	751,26	
C ASSOCIADO	3.178.504,57	6.357.009,14	3.178.504,57	3.178.504,57	2.066,02	3.099,03
C CÔNJUGE	1.589.252,28	3.178.504,56	1.589.252,28	- o -	1.033,01	
D ASSOCIADO	3.737.150,36	7.474.300,72	3.737.150,36	3.737.150,36	2.429,14	3.643,71
D CÔNJUGE	1.868.575,18	3.737.150,36	1.868.575,18	- o -	1.214,57	
E ASSOCIADO	3.949.050,91	7.898.101,82	3.949.050,91	3.949.050,91	2.566,88	3.850,32
E CÔNJUGE	1.974.525,45	3.949.050,90	1.974.525,45	- o -	1.283,44	
F ASSOCIADO	4.392.115,80	8.784.231,60	4.392.115,80	4.392.115,80	2.854,87	4.282,30
F CÔNJUGE	2.196.057,90	4.392.115,80	2.196.057,90	- o -	1.427,43	